



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : BOM JESUS DA NOVA FLORESTA MINERACAO LTDA

CNPJ/CPF : 48.610.235/0001-21

Empreendimento : BOM JESUS DA NOVA FLORESTA MINERACAO LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda Barro Preto número/km S/N Bairro Rural Cep 37810-000 Guaranésia - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Guaxupé (LAT) -21.3328, (LONG) -46.6312

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 2178/2023

Motivo da decisão:

Em conclusão, devido a insuficiência técnica, irregularidade quanto ao CAR (reserva legal 18,94%) e ausência de documentação para Intervenções Ambientais, aspectos discutidos no parecer, com fundamento nas informações constantes no RAS, sugere-se o indeferimento da licença ambiental simplificada ao empreendimento BOM JESUS DA NOVA FLORESTA MINERACAO LTDA, para a atividade "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - A-03-01-8", no município de Guaxupé-MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 29/01/2024.

Documento assinado eletronicamente por FREDERICO AUGUSTO MASSOTE BONIFACIO, Chefe da Unidade, em 29/01/2024 17:26 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser